Mar 2017

JORNAL DO COLETIVO DE COMUNICAÇÃO POPULAR INDÍGENA

1ª Edição

vẽnh génh jérĩn mỹ

Encontro das juventudes indígenas: Terra indígena Araçai

Um círculo de cultura, uma roda de prosa, uma turma de alfabetização é isso? Talvez esta mais pra troca de experiências vivencias, culturas, línguas, aprendizados, conhecimentos... Um grupo de pessoas que foi aumentando, no decorrer do tempo em diferentes lugares e espaços, educadores, educandos, universitários, lideranças e a comunidade como um todo(crianças, jovens, adultos, velhos...) todos aprendizes da vida, andarilhos deste mundo, produtores da cultura, sujeitos da historia, que se reúnem para conversar sobre sua realidade, sobre os problemas e conquistas que vivenciam nas comunidades e no município em que residem, sobre suas identidades, dignidades, diferenças, lutas, conflitos e, sobretudo sobre o desejo de outro mundo possível, pleno direito e de justiça.

Uma roda de prosa só passa a existir quando todos se colocam na posição de companheiros aqueles que dividem o pão saboroso e ao mesmo tempo amargo do conhecimento aprendido na vida e que, quando compartilhado por meio de letras, das silabas, dos fonemas, dos números, das palavras, dos temas geradores, torna-se sabedoria. Uma roda de prosa é, sobretudo, um coletivo que, ao usar a palavra falada, escrita, dramatizada, critica e criadora inspira-se a organizar-se não somente em torno da alfabetização, mas também para superar as desigualdades, injustiças e violências que marcam e silenciam muitas vidas.

(...) Este encontro foi muito importante por termos ido participar com os companheiros guaranis, foi uma experiência muito grande tanto para eles e para nós acadêmicos por termos compartilhado um momento de discussões, troca de saberes Kaingang e Guarani.

Em seguinte desenvolvemos algumas atividades sobre a rádio, começando pelo debates e trabalhos em grupos. E logo depois, cada grupo das aldeias foi se apresentando perguntas feitas pelos companheiros.

Essa apresentação foi muito dinâmica e participativo pelos jovens da comunidade, pois cada grupo foi se abrindo para as colegas contando um pouco da experiência vivido na sua comunidade em forma de gravação para a memória da rádio.

Após disso, a nossa despedida com os jovens guaranis foi tão legal. Alguns jovens que cantam as músicas Rap elogiaram a nossa presença com os cantos voltada para direito a educação, foi bem interativo a nossa presença nessa aldeia.

Afinal, discutimos também sobre o nosso próximo encontro, que discutirá sobre a importância da rádio comunitária e decidimos que o próximo encontro irá ocorrer na aldeia indígena Mangueirinha.

Foi uma experiência muito rica ter participado do encontro na aldeia Araçai, pois lá pude aprender varias questões que eu ainda não tinha conhecimento, os GUARANIS e os KAINGANGS são muito semelhantes nos aspectos da cultura e organização sociopolíticas, porem diferentes no modo de falar a língua, de praticar sua religião e aplicar as varias tecnologias na relação com o meio ambiente. Tais diferenças que podem ser pequenas do ponto de vista do observador, os guaranis cumprem o papel de marcadores étnicos, distinguindo comunidades politicas exclusivas. Esses grupos reconhecem a origem e a proximidade histórica, linguística e cultural e, ao mesmo tempo, diferenciam-se entre si como forma de manterem suas organizações sociopolíticas econômicas. Em uma conversa com a liderança guarani Donizete aridju machado da silva da aldeia Renascer (SP) durante a ocupação da secretaria de saúde indígena (SESAI) relata que:

{...} um dos maiores males que o guarani tem de suportar é a invasão e destruição de sua terra e a ameaça contra seu modo de ser, a expulsão, a descriminação e o desprezo que vieram com a chegada dos “outros”, dos colonos e dos fazendeiros e, mais recentemente dos produtores de soja e de açúcar {..}

A mesmo conta que não é o que acontece na sua comunidade, mas nas demais aldeias e comunidades guaranis.

Um fato que me chamou bastante atenção no encontro (Araçai) e na cultura Guarani foi os rituais, pude perceber que são assíduas e frequentes as atividades religiosas, com praticas de cânticos, rezas e danças que, dependendo da localidade, da situação, ou das circunstancias são realizadas cotidianamente, iniciando-se ao cair da noite e prolongando-se por varias horas. Eles também acreditam que a morte é somente uma passagem para “terra sem males” onde os que se foram partem para este local para proteger os que na terra ficaram.

Relato feito por Dara Maciel Anastacio e Suzi Gakoj Tomaz, estudantes Kaingangs do Curso Interdisciplinar em Educação no Campo – UFFS – Laranjeiras do Sul/PR

Círculos de Estudos e Práticas em Comunicação e Rádio

Rádio Araça-Í

Na última semana de outubro de 2016, na Escola Estadual Indígena Mbya Arandu, em Piraquara, região metropolitana de Curitiba, aconteceu o segundo círculo de estudos e práticas sobre comunicação e rádio, organizado pelos(as) estudantes, professores e a comunidade guarani araçaí.

Com o acúmulo já debatido com companheiros da Rádio Livre Xibé (de Tefé-AM) e da AMARC Equador, onde tivemos certeza que dar visibilidade a cultura e arte indígena é fundamental para criar e enraizar a resistência, instalamos e demos início a Rádio Araça-í, 105,7FM. Com a programação da transmissão inicial abordamos os seguintes temas: O contexto do sucateamento do ensino público e da rebeldia social nas ocupações de escolas no Paraná; Denunciamos a ausência da demarcação das terras indígenas e gritamos BASTA ao genocídio do povo indígena! Ao fim o grupo Indios Mc's tocou mostrou um pouco de suas primeiras composições, inspirando a tod@s presentes.

É somente com muita solidariedade que a nossa resistência cria forças para o poder popular!

Rádio Rio das Cobras

Em Junho de 2016, no Colégio Rural Indígena Rio das Cobras, em Nova Laranjeiras, na região Sudoeste do Paraná, aconteceu mais um ciclo de formação sobre comunicação popular e luta indígena, organizado por estudantes kaingang de Rio das Cobras, pelo Coletivo de Comunicação Popular Indígena – CCOMPI e em conjunto com a comunidade. Ciclo esse que faz parte de um trabalho maior iniciado em novembro de 2015, fruto do contato e articulação entre estudantes kaingangs, comunicadores populares e militantes anarquistas.

Após os últimos ciclos, onde discutimos principalmente o levante zapatista e o movimento de rádios populares e livres na américa latina e no brasil, neste encontro compartilhamos argumentos e motivos que nos levaram a instalação de uma rádio popular neste território indígena. Entre vários argumentos, o principal que destacamos é a ausência de meios de comunicação onde pode-se utilizar a nossa língua materna, seja o Kaingang, seja o Guarani e a necessidade de um instrumento de luta e organização dos povos originários dessa terra em defesa de seus direitos sociais.

"Se a escola é o lugar do saber kaingang, então aqui queremos construir nossa rádio em nossa língua", destaca uma das educandas do CREI Rio das Cobras.

No oeste paranaense o povo Ava-Guarani retoma parte de seu tekohá

No início de fevereiro deste ano, cerca de 10 famílias indígenas Ava-Guarani retomaram uma área de 400 hectares, que é parte de uma antiga terra tradicional – os tekoha – que deram o nome de Tekoha Dois Irmãos, situada às margens do lago de Itaipu, em Santa Helena. Próximo a Itaipu, esta foi uma das 32 aldeias que desapareceram no período da criação do Parque Nacional do Iguaçu e da formação do lago de Itaipu, entre 1940 e 1982, segundo a antropóloga Malu Brant. O local do tekoha hoje é em um refúgio biológico da Itaipu, esse fato torna simbólica a retomada pela representação que tem a dívida histórica de Itaipu para com esses povos indígenas.

Num contexto de ataques e retrocessos de nossos direitos sociais conquistados com muita luta nas últimas décadas, os povos indígenas, ao realizarem retomadas de seus territórios, demonstram qual o caminho na luta: não esperar da burocracia de um Estado comandado pelos latifundiários e avançar na luta por territórios pelas próprias mãos, com a força do povo organizado!

Pende rekó

Segundo o cacique Cláudio Vogado, a ocupação é uma recuperação de um espaço onde viveram seus antepassados. "Nossos

parentes moraram nessas terras e devido ao alagamento tiveram que sair. Nossos antepassados já moraram aqui e hoje esse é um dos poucos locais de fauna que sobrou para vivermos no nosso sistema", comenta.

Para a kuña (senhora) Elza Romero, que nasceu ali, o retorno para sua antiga terra é a concretização de um sonho, de ter uma terra para poder viver o pende rekó, a cultura Guarani, própria e autêntica de seus pais e avós. "Estávamos vivendo num local que era pouca terra para muita gente, onde nem árvore existia", afirma Elza, destacando que a terra retomada é o espaço ideal para se transmitir aos seus filhos e netos a cultura que recebeu de seus pais.

Essa população foi desconsiderada na época e posteriormente passaram a retomar seus territórios. "O rio Paraná (que divide Brasil e Paraguai) nunca foi fronteira para os Guarani, ao contrário, era nosso caminho", relata a liderança Julio Martinez. A terra ocupada é coberta de mata nativa e própria para a agricultura. Segundo o cacique, em breve será iniciada a limpeza para plantação de sementes tradicionais como o Awati etei (milho verdadeiro).

Diante da inoperância do Estado em cumprir com deveres constitucionais, povos realizam retomadas pelas próprias mãos

Desde a entrada na área, os Guarani estão recebendo acompanhamento de entidades como o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) – Regional Sul – e também o apoio de movimentos sociais como o Movimento de Mulheres Camponesas que fez a doação de mantimentos e prestou solidariedade à luta indígena.

As famílias já iniciaram contatos com a Prefeitura de Santa Helena no intuito do auxílio para assistência social e encaminharam uma carta à promotora Daniela Caselani Sitta, do Ministério Público Federal em Foz do Iguaçu.

Informação e trechos retiradas de: Brasil de Fato e CIMI

As Lutas das mulheres indígenas

Quando se fala das lutas das mulheres, sempre remetemos ao feminismo e suas diversas vertentes. Falar sobre isso é também remeter ao feminismo indígena, e tentar compreender suas demandas individuais e os impasses cotidianos que enfrentam e sem esquecer de que não falamos pelas mulheres indígenas, mas com elas.

Na década de 1980, surgiram as primeiras organizações brasileiras exclusivamente voltadas para as causas das mulheres indígenas, a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (Amarn) e a Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Taracuá, rios Uaupés e Tiquié (Amitrut). Em 2002, aconteceu o I Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, dando origem ao Departamento de Mulheres Indígenas (DMI/Coiab), com o objetivo de defender os seus direitos e interesses nos vários âmbitos de representação, nacional e internacional. E Somente em Janeiro de 2007 é que foi criando, na FUNAI, um departamento específico de mulheres indígenas.

Apesar de tanta dificuldade, o feminismo indígena conseguiu se fortalecer, mesmo ainda não atingindo a todas as mulheres de todas as comunidades. Uma alternativa encontrada pelas ativistas foi à internet, que torna possível divulgar mais pautas sobre o assunto. A Revista AZMina publicou em 2016, uma lista com 6 ciberativistas que valem a pena seguir nas redes sociais, para conhecer um pouco mais das suas lutas.

As mulheres indígenas vêm sendo negligenciadas pelo Estado. Desde o momento em que pouco falamos sobre o assunto, até chegar ao total desrespeito de sua cultura e etnia. Com tantos conflitos por território e governamentais, elas acabam sendo alvo de alvos de violência sexual, ameaças, assassinatos, além das dificuldades em relação à saúde, educação. Há também uma participação quase nula delas na política.

"As indígenas reconhecem e denunciam inúmeras práticas discriminatórias que sofrem: casamentos forçados, violência doméstica, estupros, limitações de acesso à terra, limitações para organização e participação política e outras formas de dificuldade enfrentadas em consequência do patriarcalismo presente em suas comunidades. Embora esse seja um campo delicado de tratar, devido ao enfoque específico e multicultural que precisa ser dado, é necessário ouvir o que as organizações de mulheres indígenas estão reivindicando", explica Mayara Melo em seu texto "Mulheres Indígenas – Opressão, Violência e Resistência".

A violência contra elas vêm crescendo desde que hábitos como o alcoolismo e uso de drogas se tornou mais frequente. Há um descaso com programas e políticas públicas que tratem sobre o assunto, e em geral, isso acaba aumentando a violência dentro das comunidades. A Lei Maria da Penha, por exemplo, não contempla as especificidades das diferentes culturas e etnias que existem, o que há, são as leis internas de cada povo, e como os problemas são resolvidos. Apesar disso as mulheres indígenas estão organizadas e reivindicando sua cidadania, historicamente já há algumas conquistas. Fundamental é conhecer e apoiar as demandas propostas pelas mulheres indígenas, além de lutar por seus direitos e apoiar sua resistência.

Fonte: Geledes e Organizadores.org

Educação Escolar Indígena

Em 2015 o censo escolar apontou a situação das 3.085 escolas indígenas no Brasil. O levantamento foi realizado com base em perguntas enviadas para as secretarias municipais e revelou problemas como ausência de locais adequados, acesso à internet, cozinhas e abastecimento de águas nas instituições de ensino.

Nas escolas indígenas dos 26 estados brasileiros, 2615 não têm acesso à internet e 317 não têm abastecimento de água. Das 1294 escolas que possuem água, o abastecimento se dá por meio de fonte, igarapés, riachos ou córregos. Além disso, mais de 800 escolas funcionam em locais precários como galpões ou barracões - 143 funcionam na própria casa do professor.

O censo escolar é realizado por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia do Ministério da Educação. Em 2015, o MPF enviou uma recomendação ao instituto para pedir a adequação da metodologia do questionário. Visando a melhoria das informações coletadas, o MPF reforçou os pedidos formulados na recomendação. O preenchimento dos questionários por funcionários diretamente responsáveis pelas atividades educacionais - como diretores, secretários e professores das escolas indígenas - além da realização do censo específico e diferenciado com coleta direta das informações em campo, são alguns dos pedidos enviados pelos procuradores.

Fonte: Ministério Público Federal

Em defesa dos Povos Originários! Pelo direito à Terra e ao Território!

Massacres no campo fazem parte de uma política de extermínio dos povos originários que passa também pela institucionalidade burguesa com o estabelecimento de seus padrões de ser, pensar e agir. A negação da identidade de povos originários através do discurso institucional da "pureza indígena", veiculado amplamente pela mídia burguesa, traduz o objetivo principal: a negação da terra e do território para esses povos. Nesta linha de raciocínio, se não existem "indígenas puros" não há porque garantir seus territórios. Lembramos que o reconhecimento indígena passa pela autodeterminação destes povos, cabendo a institucionalidade tão somente garantir a demarcação de suas terras e a aplicação de políticas públicas de qualidade e que atendam a especificidade da população indígena e quilombola.

Demarcação das Terras, o reconhecimento do Território Indígena, Políticas Públicas

Com o atual governo do PMDB vivenciamos um processo acelerado de ataques contra os direitos indígenas e do campo em favor dos interesses do capital nacional e internacional, de ruralistas e latifundiários. Mas é importante lembrarmos que o cenário também é fruto das políticas de direita do governo do PT, que apoiou e foi conivente com a lógica do agronegócio. Seja estimulando uma cultura empresarial e pragmática para a construção de uma classe média do campo, seja desmontando as políticas de manutenção da agricultura camponesa e estagnando a demarcação de terras indígenas. Ou ainda, com a política neodesenvolvimentista e de rolo compressor com mega obras e empreendimentos, degradando ambientes, passando por cima de comunidades e expulsando muitos povos de seus territórios, como o exemplo da usina hidrelétrica de Belo Monte. Em ambos os governos, PT e PMDB, a violência do Estado se fez, e se faz, presente contra os povos indígenas.

Há tempos os povos do campo convivem com um desmantelamento e um sucateamento de órgãos criados para auxiliar a demarcação de terras, a proteção de direitos indígenas e a efetivação de políticas públicas para essa população. A exemplo do que acontece com a FUNAI e SESAI que sofrem constantemente com o baixo número de servidores, a contratação temporária de terceirizados, a falta de concursos públicos para provimento de cargos, o autoritarismo interno e o corte de investimentos, gerando precarização do trabalho oferecido às políticas indigenistas (sem falar da educação escolar indígena!). A ameaça da aprovação da PEC 215/2000 que modifica a demarcação de terras indígenas com uma instituição de um 'marco temporal' foi esse ano aprofundada com a Portaria número 80 do Ministério da Justiça. A portaria parece querer criar um Grupo Técnico Especializado que atue nas questões de demarcação, em uma tentativa de esvaziar o papel da FUNAI e rever todos os processos da FUNAI.

Para conseguirmos defender nossos direitos é fundamental a construção de organismos de luta social e movimentos que atuem com base na autonomia e na democracia direta, onde os sujeitos tenham protagonismo na escolha e condução das pautas e nas tomadas de decisão. Com luta e organização popular na busca de um mundo onde caibam muitos mundos, como diriam nossos/as companheiros/as zapatistas!

Nota modificada da Opinião Anarquista da CAB (Coordenação Anarquista Brasileira)